

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FELOSOFIA**

ANTONIA LETICIA VIEIRA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA JENIPAPO
NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA**

Caxias-MA

JAN-2023

ANTONIA LETICIAVIEIRA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA JENIPAPO
NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em Ciências Sociais**

**Orientadora: Prof. Dr. Arydimar
Vasconcelos Gaioso**

Caxias-MA

JAN-2023

S725e Sousa, Antonia Leticia Vieira de

Educação quilombola: uma análise das políticas educacionais quilombolas na comunidade quilombola Jenipapo no município de Caxias-MA / Antonia Leticia Vieira de Sousa. __Caxias: Campus Caxias, 2022.

37f.

Orientador: Prof^a. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Política educacionais. 2. Identidade. 3. Educação. I. Título.

CDU 376.7

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA JENIPAPO NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-
MA**

ANTONIA LETICIA VIEIRA DE SOUSA

Apresentada em: 17/01/2023

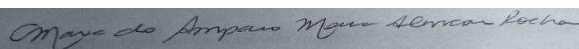
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso – Orientadora

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

/



Profa. MSc. Maria do Amparo Moura Alencar Rocha

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Profa. MSc. Gleiciane Brandão Carvalho

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

À minha família por todo apoio e incentivo, em especial à minha mãe Francilene por toda sua dedicação e força, ao meu pai Raimundo, por todo auxílio.

Ao meu esposo Alan por todo amor, compreensão e incentivo e à nossa filha Maria Eloá, que é a minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me conduzido até aqui, por não me desamparar nos momentos difíceis e me fortalecer durante essa caminhada.

Aos meus pais Francilene Gomes da Silva Sousa Santana e Raimundo Vieira de Santana por investir nos meus sonhos e torná-los realidade, por me oportunizar estudar em outra cidade e não medirem esforços para concluir os meus estudos, por toda dedicação, apoio e força para concluir esse sonho que se tornou nosso.

Ao meu esposo Alan da Silva Araujo, pela compreensão e amor durante todo esse percurso, por me levantar todas as vezes que quis desistir, por ser um dos maiores incentivadores dessa conquista; pela nossa filha Maria Eloá que é a minha maior inspiração.

Aos meus irmãos, Rayssa Sousa e Felippo Calisto, minha sogra Maria de Deus, minha cunhada Natacha Almeida, meu primo Kaio Germano e minha vizinha Thalita Cardoso, por toda ajuda e suporte.

Às minha amiga que a UEMA que o curso de Ciências Sociais me presenteou Francilene Araujo (Enne) e Maria Aparecida (Cida) por caminharmos juntas, por toda parceria, carinho e amor que construímos durante esses anos.

À minha orientadora Arydimar pela paciência e compreensão durante a construção do TCC e por me tranquilizar nos momentos de angústia.

O meu muito obrigado a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho.

RESUMO

A Educação Escolar Quilombola é pautada em princípios que visem à valorização e reconhecimento da identidade, história e práticas culturais das comunidades quilombolas. Diante disso, o presente estudo objetivou analisar se as políticas educacionais direcionadas a educação quilombola na comunidade Jenipapo na cidade de Caxias se efetivam e contribuem no reforço a identidade do grupo. Para isso, as etapas metodologias seguidas para a realização da pesquisa foram: pesquisas bibliográficas e de campo, por meio de entrevistas com membros da comunidade e através da observação participante. O estudo parte do debate sobre as mobilizações políticas entorno das comunidades quilombolas e sua contribuições no estabelecimento dos direitos quilombolas, para a identificação das políticas e ações afirmativas, seguida da observação dos dados coletados para apurar a efetivação das políticas educacionais.

Palavras Chaves: Políticas Educacionais; Identidade; Educação.

ABSTRACT

Quilombola School Education is based on principles that aim to value and recognize the identity, history and cultural practices of quilombola communities. Therefore, the present study aimed to analyze whether the educational policies directed to Quilombola education in the Jenipapo community in the city of Caxias are effective and contribute to strengthening the identity of the group. For this, the methodological steps followed to carry out the research were: bibliographic and field research, through interviews with community members and through participant observation. The study starts from the debate about the political mobilizations around quilombola communities and their contributions to the establishment of quilombola rights, to the identification of policies and affirmative actions, followed by the observation of the data collected to ascertain the effectiveness of educational policies.

Key-words: Educational Policies; Identity; Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comunidades quilombolas identificadas - Nova Cartografia Social da Amazônia	23
Tabela 2 - Comunidades identificadas como quilombo - Ministério de Desenvolvimento Social	24
Tabela 3 - Escolas Quilombolas no Município de Caxias MA - Secretaria de Educação.....	24

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CAPES - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CCN - Centro de Cultura Negra

CONAE - A Conferência Nacional de Educação

FCP - Fundação Cultural Palmares

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE

GESEA - Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MNIC - Movimento Negro Independente de Caxias

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

PVN - Projeto Vida de Negro

RTID - Relatório Técnico e Delimitação

SMDDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SNQC - Sociedade Negra Quilombola de Caxias

UNE - União Nacional do Estudante

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2.AS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO MARANHÃO E NO MUNICÍPIO DE CAXIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA LUTA DAS COMUNIDADES NEGRAS QUILOMBOLAS	4
2.1 Mobilizações políticas no Maranhão	4
2.1.3 Quilombo enquanto representação social	7
2.1.4 Dispositivos jurídicos sobre o conceito de quilombo	11
Cap. 3 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	14
3.1 Breve análise do processo educacional brasileiro.....	14
3.1.2 Políticas educacionais e ações afirmativas direcionadas a educação quilombola	16
3.1.3 Desafios na implantação das políticas educacionais nas comunidades quilombolas	20
4. ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE JENIPAPO NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA	22
4.1 Identificação das Comunidades Quilombolas.....	22
4.1.2 Análise das Comunidades Quilombolas identificadas no município de Caxias MA	23
4.1.3 Escolas Quilombolas no município de Caxias.....	24
4.2 Análise das Políticas Educacionais na Comunidade Quilombola Jenipapo	26
4.2.1 Capacitação de professores e folclorização da cultura	28
4.2.2 Material didático e Currículo	29
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	34
7. APENDICES	36

1. INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar as políticas educacionais direcionadas a educação quilombola se realizou pela aplicação do projeto de extensão intitulado “Educação Escolar Quilombola: saberes locais, tradição e identidade”¹ na comunidade quilombola Jenipapo, localizada no primeiro distrito do município de Caxias² – Ma. As motivações para este estudo sucederam na observação em campo, em que foi possível perceber as dificuldades enfrentadas pela comunidade no repasse da história e costumes local como instrumento do reforço da identidade.

A princípio, este trabalho se direcionava a pesquisar as narrativas das comunidades quilombolas, especificamente a contribuição das narrativas locais no reforço a identidade étnica da comunidade. Entretanto, devido à pandemia de Covid-19 e ao decreto do Estado nº 307, de 21 de março de 2020 que estabeleceu o distanciamento social e isolamento, foi-se necessário redefinir alguns informes da pesquisa, que passou a ter como objetivo analisar se as políticas educacionais direcionadas a educação quilombola na comunidade Jenipapo na cidade de Caxias se efetivam e contribuem no reforço a identidade do grupo.

A relevância deste estudo está na busca por identificar se as políticas educacionais direcionadas a educação quilombola se efetivam, como também, propiciar visibilidade ao movimento quilombola e suas reivindicações, contribuindo em suas lutas por reconhecimento e estabelecimentos dos seus direitos, sejam eles de cunho educacional, territorial, social e econômico, bem como, colaborar na produção de temáticas voltadas para as comunidades quilombolas no município.

Para tanto, a presente pesquisa parte de uma observação específica na escola localizada na comunidade Jenipapo, onde realizamos primeiramente uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, assim como a análise de dispositivos jurídicos, como políticas educacionais, ações afirmativas, decretos e leis.

¹ O projeto de Extensão PIBEX/UEMA Educação Quilombola: saberes locais, tradição e identidade realizou-se no período de setembro de 2018 a setembro de 2019. O projeto contou com uma equipe composta por acadêmicas do curso de Ciências Sociais do CESC-UEMA: Antonia Leticia Vieira de Sousa, Mércya Regina Clemente Rodrigues, Maria Aparecida Rodrigues Carneiro da Costa e Francilene de Sousa Araújo Santos e as orientadoras profa. Dra Arydimar Vasconcelos Gaioso e profa. Mc. Maria do Amparo Moura Alencar.

² O município de Caxias fica localizado no leste maranhense e possui uma população estimada de 166.159 habitantes de acordo com o IBGE (2021), em uma área territorial de 5.201.927 km².

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva, com abordagem qualidade em que verificamos dados e matérias que tratam sobre os conceitos e representações sobre quilombo, mobilizações políticas entorno das comunidades, políticas educacionais e ações afirmativas direcionadas as comunidades remanescentes de quilombo, a interface da pesquisa foi através da observação participante.

A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola Jenipapo, localizada a 40 km do município de Caxias – Ma, nosso primeiro contato foi no dia 20 de Setembro de 2019 para a familiarização com a comunidade, nos dia 21 e 22 conversarmos com alguns moradores e aplicamos um questionário voltado à situação da comunidade e da escola, visitamos o Sindicato de Agricultura Familiar da comunidade que foi construído pelos próprios quilombolas.

A visita seguinte aconteceu em 24 de Outubro, data em que a comunidade celebra o festejo de São Benedito, na capela São Benedito também construída pelos quilombolas, onde observamos e participamos da celebração religiosa dedica ao Santo. Retornamos a comunidade no dia 28 para reunião com o corpo escolar, onde conhecemos a escola, que está estruturada em 5 divisões, uma sala de aula, uma sala que contém os matérias didáticos e ao mesmo tempo é a sala das professoras, dois banheiros e uma cozinha.

No dialogo com o corpo escolar e o representante da comunidade, observamos as divergências entre a escola e a comunidade, em que, de um lado temos os agentes sociais reivindicando espaço e visibilidade dentro da escola, do outro a escola que não reconhece as demandas da comunidade e inviabilizam a sua participação no processo de ensino aprendizado.

Dessa forma, é diante das observações em campo e da análise dos dados obtidos, que surgiu o interesse em realizar uma pesquisa para verificarmos a efetivação das políticas educacionais direcionadas a educação quilombola na comunidade quilombola Jenipapo no município de Caxias.

Á vista disso, os autores que fundamento este estudo são (ALMEIDA 2011, O'DWYER 2002, FABIANI 2009). Almeida (2011) trabalha sobre as representações do conceito de quilombo, abordando a categoria quilombo em seu sentido histórico e jurídico, estabelecendo uma crítica a essas concepções, que segundo o autor é um definição jurídico-formal historicamente cristalizada, e que não abarca as novas dimensões do significado atual de quilombo, sendo necessário colocar em dúvida tal classificação arbitrária para se debater e alcançar a extensão que o conceito possui e as novas identidades.

O autor debate sobre os novos significados da categoria quilombo, enquanto categoria analítica que abarca diferentes situações sociais. O'DWYER (2002) discute questões sobre

identidade étnica e territorialidade, apresentando uma reflexão sobre as lutas políticas em face ao processo de remanescentes de quilombo

Fabiani (2009) trabalha os quilombos contemporâneos maranhense e a luta pela terra, evidenciando as mobilizações políticas das comunidades negras e do movimento negro no reconhecimento das comunidades e no cumprimento da Constituição.

Em síntese, o presente estudo está estruturado em IV partes, sendo elas Introdução, Capítulo I, II e III, no primeiro capítulo tratamos das mobilizações políticas entorno das comunidades remanescentes de quilombo, o segundo capítulo se debruça a identificar às políticas educacionais direcionadas a educação quilombola e o terceiro capítulo trata de verificar se as políticas educacionais se efetivam na escola quilombola na comunidade remanescente de quilombo Jenipapo em Caxias Ma.

2. AS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO MARANHÃO E NO MUNICÍPIO DE CAXIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA LUTA DAS COMUNIDADES NEGRAS QUILOMBOLAS

Neste capítulo trabalharemos sobre as mobilizações políticas entorno das comunidades remanescentes de quilombo no Estado do Maranhão e no município de Caxias, destacando as contribuições do movimento quilombola e do movimento negro na luta por reconhecimento e estabelecimento dos direitos, territorial, educacional e cultural, enfatizando como as mobilizações possibilitaram mudança no significado de quilombo e no estabelecimento de leis e decretos.

2.1 Mobilizações políticas no Maranhão

As mobilizações das comunidades remanescentes de quilombo no Maranhão e no município de Caxias aconteceram em um processo a nível nacional. No Maranhão, destaca-se o Centro de Cultura Negra - CCN³ (1979) como precursor nas mobilizações no estado, junto com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDDH atuaram através de encontros, pesquisas de campo, e apoio a organizações.

O Centro de Cultura Negra (CCN) foi fundado no contexto da criação do Movimento Negro Unificado⁴ no Estado de São Paulo, que disseminou esse movimento negro social para outros estados dos brasileiros, como o objetivo de contribuir com políticas de ações afirmativas para a população negra, que visem o combate a discriminação racial.

Em 1988 o Centro de Cultura Negra (CCN) junto a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos criaram o “Projeto Vida de Negro” com a finalidade de fomentar as ações do movimento negro e contribuir no trabalho nas comunidades denominadas Comunidades Negras Rurais. De acordo com Fabiani (2009), suas primeiras ações foram voltadas para o mapeamento das comunidades negras rurais e levantamento das formas de uso e posse da terra, as

³ O Centro de Cultura Negra no Maranhão foi fundado em 19 PVD de setembro 1979 por um grupo de pessoas negras, foi criado no contexto de políticas de ações afirmativas do Movimento Negro Unificado, tendo como objetivo contribuir no desenvolvimento políticas e práticas pedagógicas voltadas para a valorização da população afro-maranhense, cidadania, combate a discriminação racial e promoção dos direitos NUNES (2021).

⁴ O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado em 1978 no Estado de São Paulo, e em 1979 foi rebatizado com o nome de Movimento Negro Unificado com objetivo de resgate a identidade negra, combate a discriminação, e a sua integração na sociedade.

manifestações culturais e religiosas, já em 1991 passou a trabalhar a questão agrária das comunidades, intervindo jurídica e institucionalmente para solucionar problemas fundiários.

Em 1997, o CCN criou a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) instituição responsável pelas comunidades quilombolas, e com o objetivo de servir como fórum de representação das comunidades negras rurais do maranhão.

Segundo Abreu (2013, p. 52), somente com a criação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

(...) começou um trabalho mais específico sobre quilombo e autodefinição, sobre regaste das terras de escravos. (...) as comunidades passaram a tomar conhecimento da descendência escrava e das leis constitucionais, como o Artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988”.

Foi por meio das entidades criadas no Estado do Maranhão que se iniciou as mobilizações políticas das comunidades negras, e a luta por direitos territoriais, educacionais e culturais que visam na valorização de sua identidade. O CCN como destaca Nunes (2021) “figura entre outras organizações sociais negras que tem o papel sociopolítico no processo de cidadania da população negra brasileira”.

O CCN desenvolveu ações sociais voltadas para o resgate e fortalecimento da identidade, cultura e valorização da auto estima do povo negro, tais ações estavam ligadas a “danças, artes, música, política, esporte, educação e entre outros” Nunes (2021), o CCN contribui também nas reivindicações para a incorporação dos direitos dos remanescentes de quilombo na Constituição Estadual de 1998.

O movimento negro maranhense fundado em 1979 pela militante e historiadora Mundinha Araújo⁵ foi uma das entidades que contribuiu no assessoramento às comunidades, o qual participou ativamente do processo de identificação e cadastramento das comunidades.

2.1.2 Mobilizações políticas direcionadas as comunidades quilombolas no município de Caxias

⁵Maria Raimunda Araújo (Mundinha) nasceu em São Luís, Maranhão no ano de 1943. Historiadora, militante e líder comunitária fundou em 1979 o Movimento Negro maranhense, que mais tarde se transformaria no Centro de Cultura Negra do Maranhão. A historiadora passou a visitar e mapear comunidades, contribuindo na visibilidade às comunidades negras do Maranhão.

No município de Caxias-MA as primeiras mobilizações a respeito de questões territoriais e raciais estavam voltadas para a conscientização e acompanhamento das comunidades remanescente de quilombo, o movimento negro surgiu formalmente no município em 1988 com a criação do Movimento Negro Independente de Caxias (MNIC). Em 1993 o MNIC criou junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antonio Genésio a Sociedade Negra Quilombola de Caxias (ABREU, 2013)

A Sociedade Negra Quilombola de Caxias atuou inicialmente com panfletos e manifestações para a conscientização, seguida de visitas as comunidades com o objetivo de levar informação sobre a história dos negros que são símbolos de resistência e luta, assim como encontro em datas comemorativas para celebrar o protagonismo negro, a partir de 1997 ACONERUQ passa a assumir e atuar mais nas questões voltadas na auto definição e resgate das terras de descendentes de escravizados. A atuação da SNQC contribuiu no fortalecimento do movimento quilombola no município.

O trabalho realizado pela ACONERUQ e as associações das comunidades quilombolas no município de Caxias em nível estadual e nacional auxiliou na mobilização quilombola, uma vez que estas se intensificaram e as comunidades passaram a reivindicar os seus direitos. Percebe-se, dessa forma, que as mobilizações das comunidades remanescentes de quilombo do município de Caxias tiveram uma teia de colaboradores no seu processo de reivindicações.

Nesse sentido Abreu (2013) destaca que:

As mobilizações das comunidades remanescentes de quilombo, no município de Caxias, não podem ser interpretadas como um fenômeno isolado. Ao contrário, encontra-se coadunada com uma mobilização estadual e com uma política mais ampla, estimulada pelo movimento negro no plano nacional (ABREU, 2013, p.55).

Dessa forma, é possível observar que o movimento quilombola do município de Caxias contou com uma rede de entidades, nos seus processos de mobilizações, desde as panfletagens e manifestações que buscavam conscientizar as comunidades aos processos de auto definição e titulação de terras.

Assim, as mobilizações acerca do reconhecimento das comunidades quilombolas contribuíram na criação de políticas de ações afirmativas voltadas para a valorização da identidade, para educação, cultural, saúde e território surtiram efeitos no âmbito Nacional, Estadual e Municipal, uma vez que foi a parte das reivindicações das entidades que se iniciou o processo de instituição de direitos direcionados a população negra e a comunidades quilombolas.

O CCN, SMDC junto ao movimento negro e das comunidades negras exerceram um papel fundamental para manter as comunidades mobilizadas, tornando movimento e suas causas visíveis para a sociedade, bem como, contribuiu no debate sobre a ressignificação do significado de quilombo, o compreendendo enquanto representação social, o termo quilombo passa ser entendido como instrumento de reconhecimento de identidade cultural.

2.1.3 Quilombo enquanto representação social

A categoria Quilombo não é recente na historiografia do Brasil, tendo no decorrer da história diferentes significados e terminologias, neste tópico tratamos sobre os equívocos com relação à definição de quilombo que ainda se encontra no sentido estabelecido no período colonial.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida em seu livro “Quilombolas e novas etnias” (2011) aborda a categoria quilombo em seu sentido histórico e jurídico, estabelecendo uma crítica a essas concepções que, segundo o autor, é uma definição jurídico-formal historicamente cristalizada, e que não abarca as novas dimensões do significado atual de quilombo, sendo necessário colocar em dúvida tal classificação arbitrária para se debater e alcançar a extensão que o conceito possui e as novas identidades.

O termo quilombo era utilizado no período colonial para designar os escravizados fugidos. Segundo Almeida (2011), no discurso jurídico do período colonial, quilombo era entendido como agrupamento de “vadios, que negavam o trabalho”. Tal significado se apresenta em função da resposta do rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino em 02 de dezembro de 1740, em que definia quilombo como: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (PVN, 2005. p.32)

Ainda segundo Almeida (2011), no período colonial foi-se estabelecidos cinco elementos para a caracterização de quilombo, a) fuga, b) quantidade mínima de cinco fugidos, c) localização isolada e de difícil acesso, d) rancho e se há moradia e pilões, e) instrumentos que represente o auto consumo, esta concepção de quilombo esteve presente em vários momentos da historiografia brasileira.

Tais características foram definidas no século XVIII sendo mantidas no período imperial, com apenas alguns deslocamentos quanto à quantidade de fugidos, chegando à legislação republicana da mesma maneira, pois as estruturas sociais da sociedade dessa época imaginavam que com a abolição da escravatura em 1888, os quilombos desapareceriam

automaticamente, pois não teriam mais razões para existir, uma vez que, a definição de quilombo era voltada para a ideia de escravo fugido.

Nesse debate o antropólogo Almeida apresenta diferentes situações sociais que podem ser identificadas como comunidades remanescentes de quilombo, como: Terras de Preto, Terras de Herança, Terras de Santo, Terras de Santa, Terras de Índio, Terras de Caboclos, em que, cada grupo possui história própria, legitimando suas conquistas e construindo suas identidades coletivas (ALMEIDA, 2011, p.58).

O autor apresenta nessa discussão a ressemantização do conceito de quilombo, que passa a ser considerada uma categoria de auto definição, em que os agentes a acionam para o seu reconhecimento. O'Dwyer (2002) levanta uma discussão pertinente sobre a conceituação de quilombo e sobre sua identificação através do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Brasileira, de acordo com autora:

(...) o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada. (...) Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'DWYER, 2002, p.01)

A discussão tratada por O'Dwyer (2002) sobre o art. 68 da Constituição Federal é a mesma proposta por Almeida (2011) que trabalha sobre ambiguidade do texto da lei, pois de acordo como antropólogo “o reconhecimento legal refere-se ao que está fora, ao que sobrou”. Entretanto, “o processo de afirmação étnica não passa pelo resíduo, pela sobra ou pelo que foi e não é mais”, a afirmação étnica constitui-se na sua relação com o território, sua identidade, seus processos de autonomia, coletividade e seus saberes específicos.

Os autores tratam que o Art. 68 resultou na modificação do conceito de quilombo na legislação brasileira, passando a estabelecer direitos territoriais, entretanto o texto da lei possibilita brechas de interpretações sobre quem são os remanescentes de quilombo, nesse contexto os agentes sociais através de mobilizações políticas na categoria de auto definição afirmam sua identidade, se organizam e orientam suas ações para aplicação dos seus direitos territoriais.

O Projeto Vida de Negro (PVN) destaca que o final do século XX é marcado pela luta de reconhecimento, através de mobilizações políticas na categoria de auto definição, onde os próprios agentes sociais tomam para si o direito de falarem em seu nome, afirmando sua identidade coletiva.

No maranhão, o Projeto Vida de Negro (PVN) evidencia que as comunidades negras rurais formaram-se a partir de situações diversas de fuga e de captura, bem como por meio da apropriação de um território comum, em que os apossamentos negros nas áreas rurais possuíam relação sociocultural com o período das revoltas escravas, em que os escravizados fugiam de fazendas e constituíam resistências à escravatura, assim como a conquista e autonomia produtiva.

Segundo Gaioso, (2006), há diferentes elementos que classificam as comunidades quilombolas, havendo uma variedade de aspectos que contribuem na identificação das comunidades, como: etnicidade, atos, falas, sentimento de autonomia, preservação de “reliquias” históricas, memórias da escravidão, religiosidade, festividades e práticas de construção de uma territorialidade específica.

Pode-se perceber que são diversos os aspectos para a identificação das comunidades quilombolas e que sua classificação não deve e nem pode ser pautada em uma definição do período colonial que desconsidere os seus saberes específicos, cultura própria e sua relação com o território.

Nesse sentido, no fim do século XX e início do século XXI, o campo conceitual de quilombo foi alcançando inúmeras noções, que tiveram como partida as situações sociais específicas que se caracterizavam principalmente pelos instrumentos políticos organizativos, tendo como finalidade a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria, pois para os agentes sociais o esforço de conceituação de quilombo representa a possibilidade de reconhecimento de suas formas intrínsecas de apropriação dos recursos naturais e de suas territorialidades específicas. (ALMEIDA, 2011)

De acordo com REIS et al (2020, p. 4)

Na década de 1930, o termo foi utilizado como sinônimo de resistência negra, na década de 1970 se tornou símbolo de luta pela redemocratização do país e no ano de 1978, o quilombo e a saga de Zumbi foram ressignificados pelo Movimento Negro como os símbolos da resistência da população afro descendente contra o racismo e a discriminação.

Dessa forma, o debate sobre os novos significados da categoria quilombo é necessário para compreendermos as novas identidades surgidas e desmistificar o conceito que foi cristalizado no período colonial, desnaturalizando o significado de quilombo voltado para o atraso, para os resquícios, indisciplina, desordem, cultura marginal e periférica, que rejeita as novas identidades que surgiram, e que não reconhecem as especificidades culturais e seus

saberes. Sendo a Fundação Cultural Palmares (FCP) o primeiro órgão a propor uma ressignificação do termo quilombo.

Segundo O'Dwyer (2002, p.5) a Associação Brasileira de Antropologia destaca:

“(...) o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, quilombo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.”

Por esse motivo, a necessidade de romper com o senso comum de que estes são apenas as que se localizam em lugares isolados e de fuga, liberta-se da ideia de quilombo que ainda se reportam ao conceito de 1740 do Conselho Ultramarino que foi definida no período colonial e imperial, e que ainda hoje se faz presente em alguns discursos e materiais didáticos.

À vista disso, Almeida (2011) destaca que o termo quilombo vai muito além da categoria histórica, estabelecida no período colonial, as novas identidades passaram a ser entendidas enquanto grupos étnicos que se auto definem a partir de suas relações com a terra, parentesco, território, ancestralidade e as tradições culturais, em que acionam suas identidades enquanto forma de resistir e se afirmar.

Portanto, percebe-se um debate em torno das ressignificações do termo quilombo enquanto categoria analítica que possa abarcar diferentes situações sociais que, juridicamente, possam ser reconhecidas como Comunidades remanescentes de quilombo, conforme o art. 68 da Constituição brasileira de 1988. Ainda segundo Almeida, é fundamental de se romper com esse sentido estreito que se tem sobre quilombo.

É necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica estrito senso e das outras definições que estão frigidificadas e funcionam como uma camisa de força, isto é, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, porque achava que tinha encerrado o problema dos quilombos com a abolição da escravatura, e que ficou do desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. A relativização desta força do inconsciente coletivo nos conduz ao repertório de práticas às autodefinições dos próprios agentes sociais que vivem e construíram estas situações hoje designadas como quilombo. (ALMEIDA, 2011, p.64)

Assim, é preciso repensar essas formas históricas classificatórias, que não abrangem a realidade e a historicidade de cada comunidade, e passar a debater sobre as novas identidades formadas.

2.1.4 Dispositivos jurídicos sobre o conceito de quilombo

Somente com a Constituição Federal de 1988 que o termo quilombo volta a ser reintroduzida nas disposições legais e passa a ter seu significado atualizado no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Estabelecendo a propriedade definitiva às comunidades negras rurais, que possuem uma trajetória histórica própria e relação territoriais específicas, o texto diverge da classificação colonial, e o debate ganha, o cenário político nacional.

No Brasil, ao longo do trajeto até o século XXI, fora palco de muitos percursos sobre o quesito “Direitos Iguais”, o reconhecimento dos direitos étnico-raciais e territoriais da população negra fora palco de muito marcos políticos e sociais no Brasil, a Constituição Federal de 1988 fez surgir a busca pelos direitos e cidadania principalmente dos quilombolas, fazendo emergir a criação de inúmeros programas voltados para a inclusão social destes, por meio de intensivas manifestações voltadas para causas negras.

Desse modo, têm-se como programas de reintegração o Decreto de Lei n. 4.884, de 20 de novembro de 2003, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, como trata o Art. 68 do ADCT, apresentando um novo cenário quanto à valorização da história, cultura, memória e territorialidade das comunidades quilombolas, contribuindo na afirmação da identidade desse grupo, tendo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) enquanto órgão responsável pela execução da reforma agrária e da regulamentação fundiária, assim como o Programa Brasil Quilombola, que tem por finalidade conduzir as ações governamentais voltadas para a restituição das comunidades remanescentes.

O Decreto 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que modifica a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais, assegura a valorização da diversidade cultural brasileira, tornando obrigatório o estudo da História e cultura Afro-Brasileira e Africana. A conquista de tal direito se realizou através de manifestações e lutas de movimentos sociais no Brasil, como o Movimento Negro, o texto da lei determina no seu primeiro parágrafo:

“(...) o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2003)

A obrigatoriedade do estudo da História e cultura Afro-Brasileira e Africana visa validar a contribuição da cultura negra na formação do povo brasileiro, proporcionando dessa forma o respeito à diversidade cultural e a identidade étnica.

O Programa Brasil Quilombola criado em 2004 para atender as demandas das comunidades remanescentes de quilombos que ficaram a mercê da precariedade, pobreza, desigualdade e invisibilidade por mais de um século, possui como objetivo intervir nos segmentos voltados para o acesso a terra, infra-estrutura, qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva, assim como direito à cidadania, este programa parte de um maior chamado Promoção da Igualdade Racial, que tem como propósito sanar e/ou diminuir os problemas e adversidades vivenciadas pelos remanescentes de quilombos amplamente.

O Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) destinada a:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

A PNPCT de 2007 tem por finalidade garantir a valorização dos povos e comunidades tradicionais, contribuindo para erradicar formas que trazem dificuldades de reconhecimento, preservando seus direitos culturais e colaborando no desenvolvimento sustentável da pluralidade ambiental.

A lei N. 12.288 de 20 de julho de 2010 instituiu o Estatuto da igualdade Racial, que tem por finalidade “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”, especificamente nos artigos 27 e 34 se assenta o direito às terras aos remanescentes das comunidades quilombolas.

A Resolução n. 08 de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, apresenta-se como uma das políticas de ações afirmativas direcionadas ao reconhecimento e especificidades das comunidades quilombolas.

Tais dispositivos visam contribuir no reconhecimento das comunidades negras, assim como o direito ao território e a educação diferenciada que valorize as suas histórias, seu processo histórico de luta pelo território, pela autonomia no uso e controle dos recursos naturais,

as suas manifestações culturais que fazem parte de seu modo de vida e que constituem parte integrante da identidade negra quilombola, bem como colaborar no processo de combate a discriminação e valorização da cultura e identidade negra.

Portanto, entender o contexto das mobilizações políticas direcionadas as comunidades quilombolas no Maranhão e na cidade de Caxias nos possibilita compreender o processo de luta das comunidades negras rurais do município, assim como as políticas e programas que visam o reconhecimento de sua identidade e especificidades.

Deste modo, a construção do campo conceitual do quilombo, como apresenta o PVN, no século XXI parte das situações sociais especifica desses grupos, e que se constitui enquanto instrumento político - organizativos que determina à construção da identidade étnica e cultural, bem como ferramenta de resistência e luta.

Por isso, é preciso refletir a realidade da educação para as comunidades quilombolas, e ater-se ao histórico de luta marcado pelas vivências, do reconhecimento do território e sua relação com este, nos próximos capítulos trabalharemos as políticas e ações educacionais voltadas às comunidades quilombolas, verificando se as mesmas se efetivam no município de Caxias e contribuem no fortalecimento e valorização da identidade do grupo.

3 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Neste capítulo abordaremos as políticas e ações afirmativas direcionadas para a educação quilombola, dando enfoque para a análise de dados voltados para a execução das políticas nas escolas quilombolas localizadas nas comunidades quilombolas.

3.1 Breve análise do processo educacional brasileiro

Refletir sobre o processo educacional brasileiro e suas fases no contexto histórico nos faz compreender o percurso para o estabelecimento da educação enquanto direito, assim como sua importância na formação social dos indivíduos.

Dessa forma, a educação é um fenômeno social e universal indispensável para o desenvolvimento global do indivíduo e para o funcionamento de todas as sociedades. A história da educação no Brasil, assim como a história geral, ocorre no mesmo paralelo entre fatos educacionais e fatos sociais. Sousa (2018) evidencia que o Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, e que a educação se adequa a esses contextos. Dessa forma, antes de focarmos nas políticas educacionais direcionadas à educação quilombola, é fundamental analisarmos o contexto do processo educacional brasileiro.

De acordo com Souza (2018), no período colonial brasileiro, a formação educacional se deu através da Companhia de Jesus pelos jesuítas, que ficaram responsáveis pela educação por mais de dois séculos, no contexto histórico, a educação brasileira democrática inicia-se na Primeira República, que é o momento em que a monarquia sofre uma queda, e em consequência instaura-se o governo representativo e federalista dando maior liberdade aos estados, o que acabou por expor as desigualdades entre eles, e que refletiu no processo educativo, ocasionando em um ensino precário e escasso, contudo mobilizações contra o analfabetismo já se formavam como a Liga de Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacional do Brasil (1917).

Na década de 1930 o Ministério da Educação e as Secretarias dos Estados foram criados com o objetivo de promover uma educação obrigatória, gratuita e laica, assim como, o Movimento dos Pioneiros da Educação, a década de 30 representa mobilizações e debates sobre

a educação brasileira, deste a criação de Ministério, secretarias a movimentos e projetos que reivindicavam a sistematização do ensino brasileiro.

No que se refere à legislação e militância surgiram leis passando pelo sistema educacional chamado Leis Orgânicas do Ensino, conhecido como Capanema. Essas leis se deram pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, e que teve como objetivo tornar ensino público gratuito, cabendo ao Estado assegurar esse direito.

Em 1937 o Conselho Nacional de Estudantes fundou a União Nacional do Estudante⁶ (UNE), que assumiu o protagonismo do direito de lutas pelo estudante. (CAPES, 2012). O protagonismo da UNE no processo educacional brasileiro, se apresenta nas lutas pelas Diretas Já e a resistência às privatizações de Fernando Henrique Cardoso⁷. Entre 1995 a 2001 ocorreram reformas no setor da educação, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e o Plano Nacional da Educação (2001)

. A chegada da Lei de Diretrizes e Base (LDB), em 1996, elaborada com base na Constituição de 1988 veio regulamentar o sistema educacional, assegurando o direito a educação, organizando os currículos escolares e estruturando o sistema educacional brasileiro, estabelecendo orientações para a efetivação de uma educação de qualidade e igualitária.

Com o objetivo de corroborar no processo educacional brasileiro e torná-lo acessível e democrático, vários programas foram criados com a finalidade de contribuir em melhores condições de acesso e permanência, esses programas são mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação⁸ (FNDE).

Com efeito, a definição da LDB possibilitou à formulação de leis e políticas públicas destinadas a educação, tendo como propósito sanar as dificuldades ainda presentes no ensino brasileiro e instituir diretrizes que incluam grupos sociais que foram invisibilizados, pois a formalização da educação enquanto um direito básico e gratuito se deu através de reivindicações, e a instituição do direito a educação quilombola também se fez por meio de mobilizações do Movimento Negro e quilombola.

À vista disso, pensar a realidade da educação para as comunidades remanescentes de quilombo é ater-se ao histórico de luta marcado pelas vivências, do reconhecimento do território

⁶ A União Nacional dos Estudantes foi fundada no dia 11 de agosto de 1937 no Rio de Janeiro. A atuação dos estudantes se firmou em meio à politização nacional.

⁷ Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República durante dois mandatos nos anos de (1998 a 2002).

⁸ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é um órgão responsável pela realização da maioria das ações de educação Básica, atuando na execução de programas como, alimentação, transporte escolar, programa de livros, informática entre outros.

e sua relação com este, as políticas públicas e decretos de leis voltadas para comunidades tradicionais quilombolas demonstram o avanço para por em foco os direitos das comunidades remanescentes e seu lugar de fala.

3.1.2 Políticas educacionais e ações afirmativas direcionadas a educação quilombola

Assim, as medidas e ações afirmativas que trazem políticas que reparem danos causados pelo regime escravista, direitos que garantam a proteção aos seus territórios e todo recurso natural, o direito a uma educação diferenciada que considere e respeite suas particularidades e contribua preservando sua cultura, costumes, tradições e economia gerada através desses recursos

As ações afirmativas destinadas à educação quilombola, configura-se de acordo com Gomes (2005,) como as ações destinadas a promoverem a implementação do princípio constitucional da igualdade material, ou seja, possuem como finalidade o combate à discriminação e desigualdades, tratando-se dessa forma, de políticas de reparações que visam à inclusão, igualdade, reconhecimento e valorização.

Deste modo, as políticas e ações afirmativas surgem das necessidades de combate a discriminação, porém a sua elaboração e estabelecimento é resultado de manifestações sociais e políticas. A Educação Escolar Quilombola é fruto das reivindicações do Movimento Negro e lideranças quilombolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Escolar (LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) apresenta de forma breve no Art. 3º inciso XII o ensino que considera a diversidade étnico-racial.

Em 2002 é instituída as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde definem ações direcionadas a educação no campo, como a construção de um calendário próprio. Em 20 de novembro de 2012, através da Resolução N. 08 foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, apresentando-se como uma das Políticas de Ações Afirmativas direcionadas ao reconhecimento e especificidades das comunidades quilombolas.

As orientações das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica destacam:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que

orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Seção VII, Resolução nº 4, CEB/CNE, 2010)

O estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola representa uma conquista importante para os quilombolas, uma vez que estabelece orientações que visam o respeito à diversidade e determina a Educação Quilombola como uma modalidade de ensino. Conforme as orientações acerca das diretrizes curriculares deve-se garantir a adequação do ensino e material didático para atender as especificidades da história, cultura e saberes locais desses grupos sociais. A Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) por meio do documento final da conferência, destaca que a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios têm por dever:

c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo. d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados. e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas. f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização. g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010)

Deste modo, a escola contribuirá na valorização da identidade do grupo, assim como, as leis, programas e políticas públicas elaboradas e destinadas às comunidades remanescentes, possibilitando o reconhecimento e visibilidade do seu valor histórico e cultural. Para a efetivação das Ações Afirmativas é necessário, portanto, que as instâncias estaduais e municipais trabalhem em conjunto para que tais ações sejam executadas na prática.

O Artigo 1º das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola estabelece uma estrutura para o ensino:

A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I) organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. (BRASIL, 2012)

Dessa forma, a educação quilombola precisa voltar-se para a comunidade, os seus saberes tradicionais, manifestações culturais e história de modo que, reconheça suas especificidades e contribua na valorização de sua identidade.

O direito a educação diferenciada estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, determina a construção de um currículo voltado para a realidade da comunidade quilombola, produzindo conhecimento articulado com as práticas culturais, possibilitando dessa forma, uma educação que atenda e respeite suas particularidades e reconhecendo suas formas intrínsecas e sua identidade étnico-racial.

O inciso VII do Art. 8º das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola ressalta que o currículo deve ser construído contendo os saberes tradicionais da comunidade e suas representações culturais, dessa forma, a “implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012).

A elaboração do currículo com suas práticas pedagógicas direcionadas para as comunidades quilombolas implicam também na formação e capacitação de docentes, em um Projeto Político Pedagógico construído junto a representantes da comunidade, considerando suas raízes, história, cultura e identidade, bem como, o desenvolvimento de material didático voltado às práticas culturais e saberes da comunidade, como a finalidade contribuir no fortalecimento da identidade étnica.

Reis et all (2020) evidencia que a educação quilombola precisa passar pela discussão do currículo, pela formação de professores e pelas práticas pedagógicas, com o objetivo de construir uma educação quilombola resistente, pautada na transformação social e no respeito as diferenças.

Sobre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) o Art. 32 das DCNEEQ ressalta:

O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas. 13 § 1º A construção do projeto político-pedagógico deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território. (BRASIL, 2012)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo o corpo escolar e a comunidade com o objetivo de estabelecer uma articulação entre

os conhecimentos escolar e os conhecimentos produzidos pela comunidade, contribuindo assim, no fortalecimento da identidade e salvaguardando seus saberes tradicionais.

Outra conquista fruto de reivindicações foi o estabelecimento do ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo de educação básica, pela Lei Federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003, seguida da Lei 11.645/08 que determina o ensino da cultura e história dos povos indígenas. Em 2004 foi aprovado o texto que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tendo como um dos seus objetivos promover uma educação de cidadãos consciente no seio da sociedade multicultural e pluriétnico do Brasil.

De acordo com o site do Ministério da Educação, em 2006 foram publicados nove livros e materiais destinados à Educação Quilombola, entre elas está as “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, que destina um item específico para a Educação Quilombola, abordando sobre a educação escolar quilombola e relações étnico-raciais, a importância do PPP, orientações e sugestão de práticas e atividades voltadas para os saberes das comunidades.

Outro destaque é o parecer CNE/CEB nº 8/2020, que aprovou em 10 de dezembro de 2020 as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da qualidade das escolas Quilombolas, em 13 de março de 2021, foi aprovado o parecer CNE/CEB nº 3/2021 que trata de um reexame do parecer CNE/CEB nº 8/2020.

A instituição das diretrizes direcionadas a Educação Quilombola representa o resultado das mobilizações políticas destinadas ao direito à educação específica, uma vez que, está define as orientações e ações para a implementação de uma educação diferenciada que respeite as particularidades das comunidades quilombolas, e que seja construída em parceria entre a escola e os membros da comunidade, além de reconhecer suas formas próprias de organização social, suas manifestações culturais, sua história e identidade.

Identificarmos as políticas educacionais e ações afirmativas voltadas para educação quilombola representa compreendermos as reivindicações e luta do movimento negro, lideranças quilombolas e de pesquisadores para a conquista do direito a uma educação que respeite sua história e manifestações, porém é válido enfatizar que mesmo com a instituição das políticas educacionais, na prática sua efetivação não ocorre como deveria.

3.1.3 Desafios na implantação das políticas educacionais nas comunidades quilombolas

De acordo com o Projeto Quilombos e Educação, o Censo Escolar do ano de 2020 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou que no Brasil existem 2.526 escolas quilombolas, 275.132 estudantes quilombolas e 51.252 docentes em escolas quilombolas, sendo que apenas 3,2% dos docentes de escolas quilombolas realizaram cursos voltados às temáticas das relações étnico-raciais, diversidade, cultura afro-brasileira e africana, e apenas 30% das escolas em áreas quilombolas possuem acesso a material didático específico, a existência de bibliotecas e salas de leitura só apresentam em 21% das escolas quilombolas.

Esses dados demonstram os desafios e dificuldades da implantação das políticas educacionais nas escolas quilombolas, desde a capacitação de professores a construção do currículo, PPP da escola, o acesso e construção aos materiais didáticos específicos, dessa forma, o Movimento Negro e Movimento Quilombola além de lutar pela elaboração e instituição dos direitos ainda se organizam para que estes sejam certificados e garantidos na sua prática.

Uma problemática que surge são pesquisas geradoras de informações a nível Estadual, uma vez que é pouco o incentivo para a realização de pesquisas voltadas para a causa quilombola, segundo dados extraídos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CAPES (2021), os quais externam que somente 10% das pesquisas realizadas têm como objetivo os povos quilombolas.

Todavia, é válido enfatizar que as conquistas dos direitos para a educação, território e a identidade étnico-racial pelas comunidades quilombolas se deram através de processos de lutas e manifestações, as constantes mobilizações por seus direitos têm sido árduas, assim como o combate ao racismo, discriminações e retrocessos.

Nesse sentido, compreender as novas identidades e os mecanismos acionados por elas para se autodefinirem quilombolas, é importante para entendermos que a identidade se configura como resistência e valorização da sua cultura, história e saberes. Assim, a educação tem um papel crucial no seu processo de afirmação, uma vez que esta contribuirá no reforço e manutenção da identidade e de sua história.

A educação se constituiria, também, em instrumento de construção da identidade quilombola a partir do momento que abordasse em seus conteúdos a história e o modo de vida desse segmento social, tornando a mesma consciente de seu arcabouço cultural, além do processo de aquisição de saberes em todas as modalidades de ensino. A educação permitiria também o entendimento de direitos e deveres e sua importância dentro de uma sociedade, mas,

para que esses indivíduos tenham acessos a todos os benefícios da educação, as instituições devem permitir subsídios necessários para o alcance total de tais parâmetros supracitados. As políticas não devem ser tratadas meramente como leis e sim como algo social.

4. ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE JENIPAPO NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA

Neste capítulo realizamos uma análise das políticas educacionais quilombolas na comunidade Jenipapo na cidade de Caxias no Maranhão, partindo da discussão sobre o processo de titulação e certificações na identificação das comunidades remanescentes de quilombo, a relação das escolas quilombolas existentes no município, para assim, investigarmos efetivação das políticas educacionais.

4.1 Identificação das Comunidades Quilombolas

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que em 2019 existiam 5.972 localidades quilombolas. Pela primeira vez o censo de 2022 irá identificar a população quilombola. A realização da pesquisa nas comunidades quilombolas no Brasil será um grande passo no reconhecimento e valorização das identidades étnicas, assim como trará visibilidade das comunidades tradicionais e as suas reivindicações (IBGE Educa, 2022)

Ainda de acordo com o IBGE, o Nordeste Brasileiro é a região do país que concentra o maior número de comunidades quilombolas. São 3.171 comunidades, sendo o Maranhão um dos Estados que mais possui áreas quilombolas, com 866 comunidades identificadas, destas 579 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo, o processo de titulação de terras quilombolas são orientados pela legislação federal e estaduais, sendo a legislação estadual seguida quando a titulação é conduzida pelo governo estado⁹.

No caso da legislação federal, o órgão responsável por titular as terras quilombolas é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conforme o Decreto Federal nº 4.887 de 2003. Nesse sentido, para a abertura do processo, as comunidades precisam possuir uma certidão de registro no Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

A princípio, o Incra realiza a identificação e delimitação do território para a elaboração do Relatório Técnico e Delimitação (RTID), que é formado pelo relatório antropológico¹⁰,

⁹10 Estados possuem normas próprias de regularização de terras quilombolas, são eles: Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

¹⁰O relatório antropológico segundo o Incra, além de caracterizar a comunidade e a região em que se encontra, deve elaborar um levantamento sobre as relações da comunidade, considerando o processo histórico da

composto pelo levantamento fundiário, elaboração de mapa territorial, mapeamento e cadastramento das famílias.

Após a conclusão do RTID¹¹, há a publicação de uma portaria no Diário Oficial da União e do Estado, contendo informações gerais do processo, com localização do território identificado e matrículas de registro de imóveis incidentes.

Em seguida, as contestações serão analisados, julgadas e publicadas, podendo ocorrer discordâncias e recursos nessa etapa do processo, encerrada a fase de negociação o Presidente do Incra publica portaria reconhecimento e declarando os limites do território quilombola.

A emissão de certidão às comunidades quilombolas é competência da Fundação Cultural Palmares (FCP) compreendendo e respeitando o processo de auto definição, assim como, um relato histórico da comunidade, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, religiosidade entre outros aspectos para assim iniciar o processo de certificação.

4.1.2 Análise das Comunidades Quilombolas identificadas no município de Caxias MA

Em 2006 foi publicado o fascículo denominado “Quilombolas de Caxias” (GAIOSO, 2006), resultado de mapeamento social de comunidades remanescentes de quilombo na região de Caxias-MA, produzido pelo Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia, sob a coordenação da prof. Dra. Arydimar Gaios, em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. O fascículo apresenta comunidades quilombolas de diferentes municípios, são eles Caxias, Matões e São João do Sóter, onde foram mapeadas 19 comunidades pela pesquisa e mais 8 citadas pelos agentes sociais como comunidades quilombolas. Das 19 comunidades identificadas na ocasião, 12 estão localizadas no município de Caxias, como apresentamos na Tabela 1.

Tabela 1 - Comunidades quilombolas identificadas - Nova Cartografia Social da Amazônia

Jenipapo	Lavras	Mimoso
Gameleira	Olho D’agua do Raposo	Soledade
Quilombo	Usina Velha	Jaboti

comunidade, sua organização social e os usos produtivos e culturais que se faz do meio ambiente, sendo no levantamento e análise das relações territoriais que baseiam a identificação do território para a titulação.

¹¹O RTID, devem ser encaminhado para diferentes órgãos, como Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes e os órgãos ambientais estaduais, para avaliação dos dados.

Trabalhosa	Santo Antonio do Mocambo	Nazaré do Bruno
------------	--------------------------	-----------------

Fonte: Produzida pelo autor com base no Fascículo Quilombolas de Caxias (Gaioso, 2006)

O mapeamento social das comunidades quilombolas demonstrou que são diversos os aspectos acionados pelos agentes sociais como elementos da identidade quilombola e que há diversas situações que compreendem e as classificam como comunidades quilombolas.

Em levantamento de dados do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) foram identificadas 24 comunidades quilombolas no município de Caxias (2022), como destaca a Tabela 2.

Tabela 2 - Comunidades identificadas como quilombo - Ministério de Desenvolvimento Social

Beleza	Jenipapo	Santo Antonio
Bom Jesus	Jucaral	Santo Antonio Das Mandigas
Brejo de São Felix	Lavras	São Felix
Cana Brava das Moças	Mandacaru dos Pretos	Soledade
Cipo	Nazaré	Trabalhosa
Conceição (Mocambo)	Olho D'agua do Raposo	Usina Velha
Genipapo	Quilombo	Volta Redonda
Jacarezinho	Santana Velha	Mimoso

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados do Ministério de Desenvolvimento Social

Verifica-se que houve um acréscimo no número de comunidades quilombolas identificadas no município de Caxias. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, há 06 comunidades quilombolas em processo de titulação são elas: Lagoa dos Pretos e Centro da Lagoa, Mimosa, Lavras reconhecidas em 2018; Jenipapo reconhecida em 2014; Soledade 2013, Cana Brava das Moças reconhecida em 2013.

4.1.3 Escolas Quilombolas no município de Caxias

Com base nas informações disponíveis pela Secretaria de Educação do município de Caxias, existem 17 Escolas Quilombolas em 14 Comunidades Remanescentes de Quilombo. Os dados obtidos expostos na tabela abaixo demonstram uma visão geral do município sobre comunidades quilombolas tituladas, mapeadas e certificadas.

Tabela 3 - Escolas Quilombolas no Município de Caxias MA - Secretaria de Educação

Escola	Povoado	Titulada	Certificada	Mapeada
UEM Nossa Senhora de Nazaré	Trabalhosa	Titulada		
UEM João da C. Nunes de Almeida	Lavras	Titulada		
UEM Olho D'água do Raposo	Olha d'água da Raposa	Titulada		
UEM Jenipapo	Jenipapo		Certificada	
UEM Benedito Pereira de Almeida	Sítio Bem Fica			Mapeada
UEM Feliciano Ferreira	Cana Brava		Certificada	
UEM Aluizio Lobo	Gameleira			Mapeada
UEM Nossa Senhora do Nazaré	Nazaré do Bruno			Mapeada
UEM Vicente Bruno	Nazaré do Bruno			Mapeada
UEM Nazaré do Bruno	Nazaré do Bruno			Mapeada
UEM São José	Lagoa dos Pretos			Mapeada
UEM Conselheiro Sinval	Mucambo			Mapeada
UEM Sinhá Castelo	Engenho D'água			Mapeada
UEM Engenho D'água	Engenho D'água			Mapeada
UEM Dom Cosme Bento das Chagas	Usina Velha	Titulada		
UEM Vereador Fábio Gentil	Soledade		Certificada	
UEM São José	Mimoso			Mapeada

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da Secretaria da Educação de Caxias (2022)

A construção das escolas e o estabelecimento do direito a uma educação diferenciada apresentam-se no município mediante ações e reivindicações dos próprios quilombolas, que reivindicaram seus direitos de acesso à educação que contribua no fortalecimento e reafirmação da identidade cultural do grupo.

4.2 Análise das Políticas Educacionais na Comunidade Quilombola Jenipapo

Com base nas informações apresentadas, a nossa pesquisa se debruça sobre a comunidade quilombola Jenipapo¹², especificamente na escola quilombola estabelecida na comunidade, que fica localizada no Primeiro Distrito do município. O território que corresponde à comunidade divide-se em dois aglomerados denominados pelos agentes sociais como Jenipapo 1 e Jenipapo 2. No total são 74 famílias que moram na localidade, segundo o Ministério Desenvolvimento Social (2020).

O Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia – GESEA, a partir do projeto de pesquisa intitulado “Ditos e Escritos da Escravidão em Caxias” teve como um dos objetivos registrar a narrativa histórica dos quilombolas da época da escravidão com o intuito de perceber como os quilombolas compreendem e narram o processo histórico de suas comunidades ou do seu grupo, preenchendo um espaço invisível pela historiografia regional clássica que focava em eventos considerados importantes, porque representava a elite econômica da época.

Através desses trabalhos nas comunidades quilombolas de Caxias, percebeu-se na fala dos quilombolas a necessidade de manter viva a cultura do grupo para que não se perca no tempo e no espaço. Reclamam da invisibilidade da cultura imaterial dentro da própria escola de educação básica e em espaços públicos e/ou eventos sociais. Afirmam que as suas histórias, o processo histórico de luta pelo território, pela autonomia no uso e controle dos recursos naturais, as suas manifestações culturais fazem parte de seu modo de vida, que constituem parte integrante da identidade negra quilombola e que os mesmos não são vistos de forma satisfatória nas escolas de educação básica que se encontram nessas comunidades – A Escola Quilombola.

Deste modo, a escola se constituiria, também, em instrumento de construção da identidade quilombola, a partir do momento que abordasse em seus conteúdos a história e o

¹² Em 2002 a comunidade teve sua situação regularizada pelo o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), tornando-se uma área assentada pelo Estado, logo, em 2014 ocorreu à certificação pela Fundação Cultural Palmares.

modo de vida desse segmento social, possibilitando a construção e reforço de um sentimento de orgulho de sua origem e identidade.

Os dados apresentados pelo GESEA nos mostram déficits quanto à execução das políticas educacionais nas escolas quilombolas, a aplicação do Projeto de Extensão na comunidade Jenipapo expôs o distanciamento da escola com a comunidade, no sentido tanto de repassar os saberes locais, como na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Currículo e Materiais Didáticos voltados para as especificidades da comunidade.

As declarações dos quilombolas sobre os desafios enfrentados na comunidade além da luta pelo território ocorrem também nas escolas, uma vez que há um distanciamento e divergências no que tange a educação quilombola e a efetivação das políticas educacionais.

Nas conversas com moradores percebeu-se que nem todas as famílias se auto definem quilombolas e que são poucas as que se mantêm ativas, participando das reuniões a cerca dos assuntos da comunidade. Há uma preocupação por parte dos agentes sociais em repassar seus conhecimentos, saberes locais e a história da comunidade:

Entrevistado 1: Assim a gente peleja pra tentar conscientizar o pessoal que perdeu aquela vontade de ser quilombola e não tem incentivo sabe?

Entrevistado 2: A gente tenta manter o povo unido pra participar das reunião que tem na comunidade, das danças e das missa.

Os quilombolas lamentam a falta de incentivo e participação dos mais jovens no que visa às práticas culturais e religiosas, ou até mesmo em terem curiosidade em conversarem com os mais velhos sobre a história da comunidade.

A escola, dessa forma, apresenta-se como o vínculo fundamental, ao trabalhar desde a educação infantil a história da comunidade, suas manifestações culturais e saberes específicos, possibilitando assim, a construção e reforço de um sentimento de orgulho de sua origem e identidade.

Perceberam-se nas observações realizadas no momento do trabalho de campo os embates entre a comunidade – escola- município, em que, a comunidade reivindica espaço dentro da escola, para trabalhar junto as professores sobre a história e práticas culturais da comunidade, a fim de contribuir no reforço a identidade do grupo, como com o município, quanto à aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Observa-se que o descaso quanto à educação quilombola na comunidade dá-se antes de chegar à comunidade, uma vez que, o município não ofereceu aparato aos professores que atuam nas comunidades, não estabelecendo estratégias para capacitação contínua dessas

profissionais, a exemplo, a situação das duas professoras que atuam na escola da comunidade quilombola Jenipapo, que não se definem quilombolas, mas moram na comunidade.

Nesse sentido, é responsabilidade da União, Estados e Municípios garantirem apoio técnico pedagógico ao corpo escolar, como “recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam as especificidades das comunidades quilombolas” como define a Resolução CNE/CEB Nº: 8/2020.

4.2.1 Capacitação de professores e folclorização da cultura

A capacitação dos profissionais da educação que atuam nas escolas quilombolas, como assegura a Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, precisa ser uma formação continuada, pois esse processo será significativo também para as comunidades, visto que os professores se utilizaram de métodos e práticas pedagógicas que respeitem e contribuam no repasse da história e práticas culturais da comunidade, promovendo uma parceria com a comunidade no reforço a identidade do grupo.

Entretanto, a realidade diverge dos direitos definidos pela Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, posto que, mesmo os professores sendo da comunidade quilombola estes não tratam da história e identidade dos quilombolas, pois segundo as professoras, elas não conhecem a história da comunidade e suas práticas culturais, relataram que trabalham somente algumas questões sobre as figuras importantes para o movimento quilombola em datas comemorativas¹³, e que não possuem materiais específico sobre a comunidade para repassar aos alunos.

Segundo uma moradora da comunidade as danças realizadas pela escola em datas comemorativas não apresenta um sentido ou significado, uma vez que, é preciso trabalhar sobre o que as danças simbolizam e representam para a comunidade, nesse sentido, para a moradora:

Entrevistado 2: A dança que a professora faz é mais pra infeitar, porquê as criança não sabe o significado.

Considerando as informações das professoras e dos moradores da comunidade, verifica-se que ocorre a folclorização da cultura, visto que, se trabalha sobre a cultura quilombola somente em datas específicas e de maneira superficial, sem considerar as práticas culturais da própria comunidade, à vista disso, o fato de resumir às práticas culturais e

¹³ Dia do Folclore 22 de Agosto; 20 de Novembro Dia da Consciência Negra;

identidade do grupo a dança demonstra as dificuldades da comunidade em se fazer presente na escola e confrontar esse pensamento, pois tratar somente de danças não contribui no fortalecimento da identidade e não atribui sentido aos processos históricos da comunidade.

É lógico que a dança é um dos elementos importantes na valorização e resguardo da cultura, mas ela não pode definir o todo. Trabalhar as questões relacionadas às comunidades quilombolas dentro do contexto escolar é antes de tudo abrir espaço para um ensino compartilhado, promovendo um ensino voltado para a realidade dos estudantes, para os processos vivenciados pela comunidade, sua história, saberes locais e práticas culturais é oferecer um ensino que valorize e reconheça a identidade étnica do grupo.

Por isso, a importância da educação diferenciada para as comunidades quilombolas, uma vez que ela possibilita para esse grupo social a manutenção necessária para salvaguardar sua identidade.

4.2.2 Material didático e Currículo

A falta de produção de material específico, calendário escolar, currículo e do projeto político pedagógico voltado para a realidade da comunidade, bem como a ausência dos membros da comunidade na escola, revelam as constates violações vivenciadas pelos quilombolas que vêm sendo invisibilizados dentro de suas próprias comunidades.

Uma situação apresentada pelo representante da comunidade está na escolha do nome pela comunidade para a escola que foi frutos de reivindicações, a comunidade se reuniu e decidiram pelo nome **Negro Cosme** um dos principais líderes da Balaiada¹⁴ e um símbolo de luta contra escravidão. Na ocasião, segundo Sr. Manoel Moura, houve o registro em uma ata do encontro e sobre o nome escolhido, que foi enviado a Caxias, entretanto a escolha não foi acatada pelo município, pois segundo informações do corpo escolar no contra cheque dos funcionários o nome não consta.

A escola quilombola na comunidade Jenipapo consta com duas professoras que ministram aulas em turmas multisseriadas, segundo a Secretaria de Educação do município, a modalidade de ensino ofertada é o Ensino Fundamental I e seu funcionamento ocorre no turno matutino.

¹⁴ A Balaiada foi uma revolta popular que ocorreu na província do Maranhão entre 1838 e 1841, carrega esse nome por causa dos balaies produzidos na região. As principais causas da revolta estava relacionada à extrema pobreza e insatisfação sobre os desmandos dos políticos que governam a província,

De acordo com as professoras, a escola não possui PPP, Calendário Escolar e Currículo, o planejamento das aulas é realizado junto a Secretaria de Educação da cidade, onde se discute sobre os conteúdos e atividades a serem trabalhadas no semestre.

A construção do PPP, Currículo e Calendário Escolar é significativo e fundamental no reforço a identidade do grupo, no sentido de ser voltado para a realidade e particularidades das comunidades e seus processos históricos e culturais, a participação das comunidades quilombolas nesse processo de elaboração é importante para assegurar que suas manifestações culturais, história e saberes locais sejam adequados ao ensino.

O líder da comunidade evidencia que já tentou contato com a escola varias vezes para marcar um horário com os alunos para conversar sobre a comunidade quilombola e seus processos históricos e culturais, promovendo assim, um trabalho conjunto com a escola, haja vista, que a escola não possui material didático voltado para as especificidades da comunidade, porém a escola não possibilitou esses encontros, de acordo com o líder da comunidade:

Entrevistado 3: A gente já tento marca com a professora encontro com as crianças pra gente falar sobre o que é comunidade quilombola e o que é ser quilombola, mas não quiseram.

As informações apresentadas pelos quilombolas demonstram as dificuldades enfrentadas pela comunidade para fazer valer os seus direitos educacionais estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, comprovando desta forma, que a comunidade quilombola Jenipapo não são atendidas pelo poder público, e que mesmo com a elaboração de políticas e ações afirmativas direcionadas ao reconhecimento e valorização de sua identidade, há muito pelo que lutar para a instituição dos seus direitos jurídicos.

Os saberes locais da comunidade quilombola vêm de registros orais, não há uma produção de material didático referente à realidade da comunidade, nem registros de suas histórias e práticas culturais, o que tem ocasionado no seu esquecimento. As reivindicações dos agentes sociais à educação diferenciada é pautada na manutenção de sua identidade, pois a escola tem o papel primordial nesse processo de reconhecimento, sendo ela é o caminho para contribuir na sua valorização.

O registro das narrativas é importante para que estes não se percam. O compartilhamento das histórias, práticas culturais e saberes locais das comunidades se dão através da tradição oral, processo significativo no repasse dos conhecimentos, mas não suficiente.

O registro assegura manter suas histórias lembradas para os mais novos, trabalhar as narrativas das comunidades na escola enquanto instrumento de história local é essencial no

processo de ensino aprendizado, na medida em que reforça o sentimento de pertencimento e fortalece a identidade étnica do grupo.

Verifica-se que são inúmeros os desafios enfrentados pela comunidade quilombola Jenipapo para instituição das políticas públicas voltada para a educação, além da efetivação dos seus direitos relacionados ao território, práticas culturais, saúde.

Nesse sentido, pensar a educação diferenciada é propor uma educação que estabeleça ações e práticas pedagógicas que considere sua resistência, e seja pautadas na valorização das práticas culturais, tradições, religião e saberes locais, considerando o território enquanto componente pedagógico.

A comunidade quilombola reivindica o estabelecimento dos seus direitos. Refletir sobre as dificuldades vivenciadas pelos quilombolas nas escolas, nos faz questionar como as escolas que recebem alunos quilombolas tem se organizado para oferecer uma educação diferenciada, que vise o respeito e valorização da cultura e identidade.

Dessa forma, a efetivação das políticas educacionais na comunidade quilombola Jenipapo no Município de Caxias na prática não são exercidas, e não é por falta de reivindicação. Há uma omissão do município no exercício dos direitos educacionais quilombolas, que vêm desde a capacitação dos professores que atuam em escolas quilombolas do município, a não capacitação dos professores se comprovam nesse conflito entre a comunidade e a escola, e na falha de elaboração produção de material didáticos voltado para a história, praticas culturais e saberes da comunidade, além da criação de calendário escolar e currículo que respeite as particularidades locais, deste modo, a ausência de atuação do município tem contribuído em um ensino que inviabiliza a valorização da diversidade étnica e cultural nas comunidades quilombolas.

Em suma, a pesquisa parte da análise de uma escola quilombola específica, entretanto está escola pode ser representativa de situações semelhantes de outras escolas em Caxias, onde a realização de uma pesquisa direcionada as demais escolas podem verificar essas situações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos sobre as mobilizações políticas direcionadas as comunidades quilombolas, constatamos que o estabelecimento das políticas e ações afirmativas partiu de reivindicação de entidades que lutaram pelo combate a discriminação racial e valorização da cultura negra. A organização das entidades no Estado do Maranhão partiu das mobilizações em nível nacional, o debate sobre a atualização no significado de quilombo, tanto na historiografia brasileira como na Constituição Federal foi fruto das manifestações que buscavam o seu reconhecimento étnico e instituição de direitos territoriais, culturais e educacionais.

O Movimento Negro e o Centro de Cultura Negra do Maranhão foram fundamentais nos processos de lutas das comunidades quilombolas, desde a conscientização, organização do movimento, mapeamento das comunidades quilombolas à luta pela conquista de direitos.

Dessa forma, o processo de auto definição dos quilombolas configura-se na busca do estabelecimento dos seus direitos, que foram negados socialmente e historicamente, um desses direitos é o reconhecimento de sua identidade enquanto comunidade que possuem seus saberes e culturas específicos, que são produtores de conhecimento, que lutam pela terra e por uma educação diferenciada que respeite suas particularidades, é por meio da auto-atribuição que a identidade quilombola se confirma.

Por isso a importância de tratar esses aspectos étnicos na Educação Escolar Quilombola, uma vez que estes contribuem na manutenção do grupo, pois as comunidades quilombolas possuem formas próprias de organização, com história e memórias voltadas para a valorização de sua identidade, dessa forma, esses elementos constituem formas educativas que contribuem no reforço e fortalecimento do sentimento de pertencimento.

A instituição de políticas direcionadas a educação, cultura, história e identidade têm como finalidade reparar os danos causados durante séculos, instituindo através do currículo a diversidade social, racial, cultural e econômica, assim como a desconstrução e desmistificação de afirmações e definições que promovem o preconceito, racismo e discriminações, possibilitando o debate e reflexão sobre os desafios ainda presentes no reconhecimento e respeito à diversidade.

Através da análise das políticas educacionais na comunidade quilombola Jenipapo município de Caxias, conclui-se que apesar das reivindicações e lutas, a execução da Educação Escolar Quilombola ocorre de forma lenta e limitada, uma vez que os conteúdos quando trabalhados nas escolas tratam dos assuntos de forma superficial e não consideram os processos sociais das comunidades, os seus saberes locais, suas tradições, memórias e histórias.

Apesar da existência e regulamentação das políticas educacionais, está ainda encontrando-se em uma situação diversa, visto que, a escola apresenta condições precárias tanto na estrutura como no funcionamento, nesse sentido, somente o estabelecimento da escola na comunidade quilombola não é suficiente para fazer valer o direito a uma educação diferenciada.

Em suma, as políticas educacionais destinadas à educação na comunidade quilombola Jenipapo percorre dificuldades na sua efetivação, desde a sistematização da modalidade de ensino Educação Escolar Quilombola, a produção do Currículo, Projeto Político Pedagógico, elaboração de materiais didáticos e capacitação de professores, antes mesmo do ensino chegar às comunidades ele se apresenta falho.

Contudo, é de extrema necessidade a atuação do poder público para se fazer valer o direito educacional nas comunidades quilombolas do município de Caxias Ma, a contar pelo investimento na educação quilombola e capacitação dos profissionais da educação, é preciso que o município se faça presente no diálogo entre a comunidade e a escola e atenda as reivindicações dos agentes sociais estabelecimento sobre a efetivação das políticas educacionais que visam contribuir no fortalecimento da identidade étnica e no empoderamento da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jhuliane. “Comunidades Remanescentes de quilombo: O processo de mobilização no município de Caxias – MA nos anos de 1988 a 2005”. In. ____ GAIOSO *et all.* **Insurreição de Saberes: reinterpretações em movimento**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 39 – 55)

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Quilombos e as novas etnias*. UEA Edições, 2011.

BRASIL, IBGE, Educa. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=Entre%20as%20cidades%20brasileiras%2C%20Barreirinha,\(38\)%2C%20no%20Par%C3%A1](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=Entre%20as%20cidades%20brasileiras%2C%20Barreirinha,(38)%2C%20no%20Par%C3%A1). Acessado em: 10-09-2022

BRASIL. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil Disponível: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/Secad, 2006.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

BRASIL. Parecer nº 3, de 10 de Março de 2004. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de Políticas Públicas para comunidades Quilombolas. Brasília: SEPPIR, 2013.

BRASÍL. Guia de políticas Públicas para comunidades quilombolas: programa Brasil quilombola, 2013.

CAMPOS, Margarida. GALLINARI, Tainara. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. Revista Nera – ano 20, nº. 35 – Janeiro/Abril de 2017.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. Movimento negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, v. 10, n. 26, p. 153-171, 2018.

PVN. Projeto Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. **Coleção Negro Cosme**, v. 4, 2002.

FIABANI, Adelmir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. *Estudios histórico*. Agosto. 2009.

LIMA, Luciana et al. O território quilombola, em comunidades no interior do nordeste do Brasil: caracterização socioeconômica e estrutural preliminar. *Research, Society and Development*. v. 10, n. 13, p. 452101320899, 2021.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REIS, Deuzilene et al. Educação Escolar Quilombola no Maranhão: análise de uma experiência. **BrazilianJournalofDevelopment**, v. 6, n. 10, p. 76223-76243, 2020.

REIS, Deuzilene, et al. "Educação Escolar Quilombola no Maranhão: análise de uma experiência." *BrazilianJournalofDevelopment* 6.10 (2020): 76223-76243

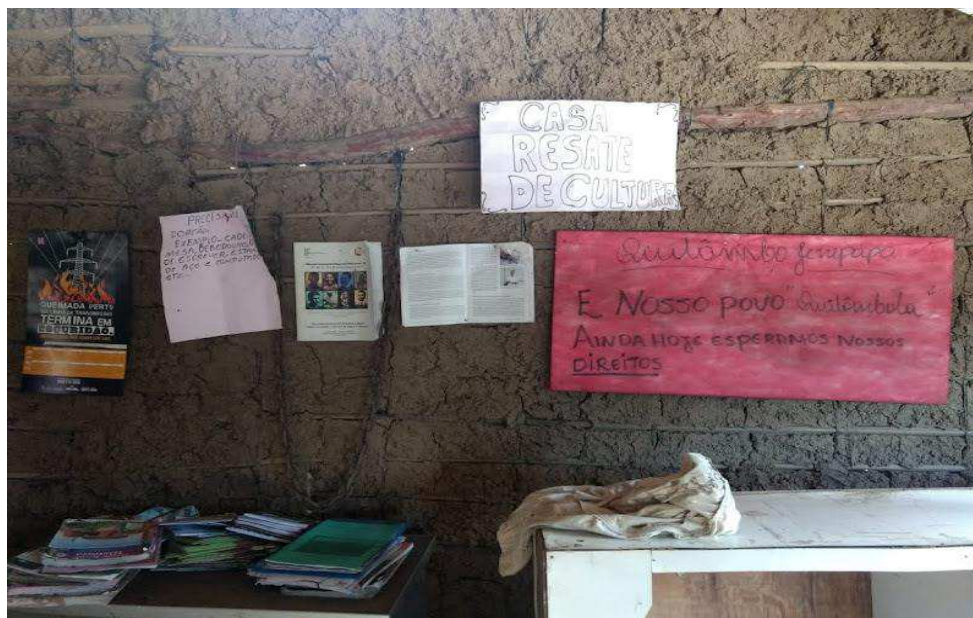
APÊNDICES

Foto 01: Escola quilombola localizada na comunidade quilombola Jenipapo



Fonte: Letícia Sousa, 2019.

Foto 02: Sala para reuniões do Sindicato de Agricultura Familiar



Fonte: Francilene Araújo, 2019

FOTO 03: Sindicato da Agricultura Familiar



Fonte: Francilene Araújo, 2019

Foto 07: Capela de São Benedito da Comunidade Jenipapo



Fonte: Francilene Araújo, 2019